



## PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

*Institui o passaporte equestre.*

O **Congresso Nacional** decreta:

**Art. 1º** Fica instituído o Passaporte Equestre, com o objetivo de regular o trânsito de equinos, asininos e muares em todo o território nacional.

**Art. 2º** Quando o trânsito dos animais tiver finalidade exclusivamente cultural, desportiva, de lazer, turística, de trabalho rural, de policiamento ou de auxílio em atividades terapêuticas, o Passaporte Equestre será considerado documento oficial de controle, equivalente à Guia de Transporte Animal (GTA), substituindo quaisquer outros documentos sanitários ou fiscais.

**Art. 3º** O Passaporte será emitido para equídeos em conformidade com a legislação sanitária vigente, de estabelecimentos ou proprietários nele cadastrados.

§ 1º O Passaporte Equestre será individualizado e conterá informações detalhadas do animal, incluindo identificação, registro genealógico, dados do proprietário, atestados clínicos e exames sanitários.

§ 2º As informações contidas no Passaporte Equestre serão atestadas por médico veterinário credenciado pelo órgão federal competente.

**Art. 4º** Será implementado sistema digital nacional para o gerenciamento do Passaporte Equestre, permitindo acesso e atualização eficiente das informações.

**Art. 5º** Passaporte será emitido em formato padronizado, tanto em papel moeda com marca d'água quanto em formato eletrônico por Órgão de Vigilância Sanitária Estadual.

**Art. 6º** O Passaporte Equestre terá validade de 1 (um) ano, condicionada à validade das vacinas e exames laboratoriais obrigatórios.



Parágrafo único. A validade dos laudos de exames laboratoriais negativos para doenças especificadas será de no mínimo 6 (seis) meses.

**Art. 7º** Será estabelecido sistema de rastreamento para monitoramento do trânsito dos animais com Passaporte Equestre.

**Art. 8º** Fica autorizada a cobrança de taxa para emissão e revalidação do Passaporte Equestre.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem como objetivo instituir o "Passaporte Equestre", um documento inovador e estratégico, destinado a substituir a Guia de Transporte Animal (GTA) e demais documentos relacionados, para o trânsito e a regularização fiscal de equídeos. Esta iniciativa configura-se como um avanço significativo nos âmbitos agropecuário e de transporte animal, facilitando e incentivando o emprego de equinos, asininos e muares em atividades culturais, desportivas, de lazer, turísticas, de trabalho rural, de policiamento ou de auxílio em atividades terapêuticas.

É notório que a mobilidade dos animais constitui um vetor crítico na propagação de doenças infectocontagiosas. Neste contexto, o Passaporte Equestre emerge como uma oportuna ferramenta para o controle dessas enfermidades, ao promover uma vigilância epidemiológica mais efetiva e proativa. Ao unificar informações relativas à origem, destino, condições sanitárias e histórico médico dos animais em um único documento, otimizamos o monitoramento e a rastreabilidade, aspectos cruciais na prevenção e no combate a tais doenças.

Ademais, a simplificação do processo burocrático para o transporte de animais, viabilizada pelo Passaporte Equestre, fomenta uma maior adesão dos proprietários às normas de registro e atualização de dados junto aos órgãos competentes. Nesse sentido, a inclusão da opção de um Passaporte Equestre em formato digital é mais um importante passo rumo à modernização e inovação no setor.



Tais medidas não somente intensificam a eficiência da fiscalização, mas também aliviam a carga administrativa sobre os proprietários, que frequentemente enfrentam obstáculos na obtenção e manutenção de múltiplos documentos.

Com a finalidade de possibilitar a compensação das despesas governamentais relacionadas à execução do disposto no projeto de lei, confere-se autorização para a cobrança de taxa relativa à emissão ou revalidação do documento, respeitando-se, assim a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Passaporte Equestre, sendo uma medida facultativa, apresenta-se como uma alternativa mais eficiente e informativa em comparação ao sistema vigente. Ele constitui um avanço significativo na modernização da gestão de saúde animal no País, assegurando a sanidade animal e a agilidade requerida para o trânsito de animais.

Portanto, diante dos inegáveis e expressivos benefícios que esta proposição oferece ao setor agropecuário, à saúde animal e à economia nacional, solicito aos ilustres parlamentares o apoio para a aprovação deste projeto de lei de suma importância.

Sala das Sessões, em        de        de 2024.

**Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO**

